

O mosaico e a dívida

Rolf Kuntz

- 9 JUL 1996

O debate sobre a dívida pública paulistana toca só numa parte de um enorme problema político-financeiro. O caso da Capital é só um exemplo. Outros municípios, assim como Estados, também estão atolados em dívidas. Só conseguem continuar operando, em alguns casos muito precariamente, porque se criaram, em Brasília, esquemas de acomodação: rolagem facilitada e novos financiamentos de bancos federais. Por isso, voltando ao exemplo de São Paulo, não basta saber se o débito será quase todo rolando até o ano 2000, ou se um novo esquema será montado, em seguida, para salvar o sucessor do sucessor de Paulo Maluf. São questões cruciais, mas é preciso lembrar, de início, três pontos:

1) Não basta jogar a dívida de um mandato para outro, nem renegociá-la por um longo período, sem um esquema razoável de amortização. Rolar entre 95% e 98% dos compromissos vencidos, como se tem feito em São Paulo, elimina um constrangimento imediato, mas não impede a acumulação de problemas. Pior, ainda, quando se trata de uma dívida não produtiva, isto é, não vinculada a projetos. É o caso da maior parte do endividamento mobiliário do Tesouro paulistano. Os projetos em andamento estão sendo tocados com outro tipo de financiamento, fornecido por bancos oficiais, como a Caixa Econômica Federal, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Estes financiamentos entram na composição do débito contratual, também crescente.

O esquema criado em Brasília



NÃO BASTA JOGAR A DÍVIDA DE
UM MANDATO PARA OUTRO,
NEM RENEGOCIÁ-LA POR LONGO PERÍODO,
SEM UM RAZOÁVEL ESQUEMA DE AMORTIZAÇÃO

para rolar a dívida mobiliária é bom para o prefeito em exercício e ruim para as contas de longo prazo. Amortizar, a cada ano, só o equivalente a 12% da receita líquida resulta numa quase ficção. Note-se: da receita líquida e não do valor devido. Por isso é possível jogar para a frente até 98% do total vencido no exercício. Até quando, com que segurança e a que custo?

2) O ponto de vista do prefeito ou governador é parcial: ele tende a avaliar os problemas e as soluções de uma perspectiva própria e, em geral, muito limitada no tempo. O governante de uma cidade pode argumentar, como se argumenta no caso de São Paulo, que a situação financeira do município é melhor que a do Estado, mas que, apesar disso, a cidade tem direito à ajuda federal (a substituição de títulos municipais por papéis do Banco Central, por exemplo). Segundo o raciocínio, é uma

questão de justiça, de igualdade de tratamento. O argumento parece fazer sentido, mas é ilusório. Um esquema de auxílio federal a Estados e municípios em má situação deveria servir, supõe-se, para resolver problemas. Se todos reivindicarem "direito" a igual tratamento, o problema será ampliado, não resolvido.

3) O quebra-galho de problemas municipais e estaduais, para não falar no socorro a bancos falidos, agricultores endividados, etc., agrava a situação do governo central. Dos R\$ 151 bilhões de títulos federais fora do Banco Central, isto é, no mercado, R\$ 28 bilhões correspondem a papéis emitidos para socorrer prefeituras e governos de Estados (dados de maio). Estes papéis quebra-galho, também conhecidos como LBC-E, representavam em maio de 1994 apenas o equivalente a R\$ 2 milhões, enquanto a dívida mobiliária total estava em R\$ 57,2 bilhões.

Cada governador ou prefeito, assim como cada parlamentar caçador de verbas, não vê mais que uma peça de um grande mosaico. Esse mosaico, o problema total das finanças públicas, só é bem visível da perspectiva federal. Quando governadores e prefeitos ganham fôlego para gastar e se vêem dispensados de enfrentar, para valer, sua parcela do problema, a crise financeira de todo o setor público se amplia. Queira-se ou não, é preciso admitir que os esquemas de financiamento e refinanciamento montados pela União acabam permitindo ampliar os gastos de Estados e municípios, sem que os velhos débitos sejam pagos.

Mesmo que o BC faça uma distinção entre dívida federal efetiva e o estoque de LBC-E, o mercado não tem obrigação de aceitar a diferença. As letras federais são emitidas para substituir os papéis de Estados e municípios, no mercado, precisamente porque a rolagem de títulos federais é mais fácil e mais barata. Têm de ser contados, portanto, como débitos da União. Se o volume desse débito aumenta, fica mais difícil baixar seu custo e esticar seu prazo. E a maior parte dessa dívida, lembre-se, é não produtiva: nada tem de ver com a construção de estradas ou com investimentos em educação ou saúde.

Se é este, no Brasil, o sentido de federação, o regime federativo brasileiro é uma caricatura desastrosa.

Rolf Kuntz é professor do Deptº de Filosofia da USP e jornalista de "O Estado de S. Paulo."